

# REVISTA SOCIEDADES DE PAISAJES ÁRIDOS Y SEMIÁRIDOS

Año IV / Volumen VI / Junio de 2012

## Directoras

Ana María Rocchietti / Marcela Alicia Tamagnini

## Comité Editor

Secretario: Juan Manuel Chavero

Alicia Lodeserto, Ernesto Olmedo, Graciana Pérez Zavala, Flavio Ribero

## Consejo de Redacción

Yanina Aguilar, Yoli Martini, Martha Villa, Laura Gili, Martha Tigier

## Colaboradores

Paula Altamirano, José Luís Torres, Daniela Castro Cantoro, Gustavo Torres, Mariano Yedro, Arabela Ponzio, Germán Sabena, Mauricio Saibene

## Comité Científico

Antonio Austral (Universidad Nacional de La Plata), Rafael Curtoni (Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires), Alejandro García (Universidad Nacional de San Juan), Emilio Eugenio (Universidad de Buenos Aires), Rolf Foerster (Universidad de Chile), Facundo Gómez Romero (Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires - CONICET), Arno Álvarez Kern (Universidad Federal de Porto Alegre, Brasil), César Gálvez Mora (Instituto Nacional de Cultura, Departamento de La Libertad, Perú), Carlos Pérez Zavala (Fundación Intercambio Cultural Alemán-Latinoamericano, Río Cuarto), Víctor Pimimchumo (Instituto Nacional de Cultura-Dirección Regional de Cultura, La Libertad, Perú), Racso Fernández (Investigador Auxiliar Instituto Cubano de Antropología, Grupo Cubano de Investigaciones de Arte Rupestre), Ludgarda Reyes (Universidad Privada Franz Tamayo, Perú), Tom Dillehay (Department of Anthropology, Vanderbilt University).

## Evaluaron este volumen

Adriana Arpini (Conicet-Universidad Nacional de Cuyo), Eduardo Carniglia (Universidad Nacional de Río Cuarto), María Eugenia Cruset (Universidad Nacional de La Plata), María Clemencia Jugo Beltrán (Universidad Nacional de Córdoba), Jorge Kulemeyer (Universidad Nacional de Jujuy), Cristina Liendo (Universidad Nacional de Córdoba), María Elena Lucero (Universidad Nacional de Rosario), Yoli Martini (Universidad Nacional de Río Cuarto), Brenda Matossian (Instituto Multidisciplinario de Historia y Ciencias Humanas IMHICIHU - CONICET), Rebeca Medina (Universidad Nacional de Córdoba), Cecilia Pires (UNISINOS), Claudia Salomón Tarquini (Conicet-Universidad Nacional de La Pampa).

## Diseño Gráfico Editorial:

Cecilia Grazini

Sobre una idea de Juan Chavero y Germán Sabena

## Curadoría:

María Cecilia Stroppa (Universidad Nacional de Rosario - CIUR)

## Propietario Responsable:

UNIRIO EDITORA. EDITORIAL DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE RÍO CUARTO

Ruta Nac. 36 Km. 601 / (X5804) / Río Cuarto / Argentina

Tel.: 54 (0358) 467 6332 / Fax.: 54 (0358) 468 0280 / E-mail: editorial@rec.unrc.edu.ar

Web: <http://www.unrc.edu.ar>

UNIVERSIDAD NACIONAL DE RÍO CUARTO / FACULTAD DE CIENCIAS HUMANAS

Laboratorio de Arqueología y Etnohistoria

Ruta Nac. 36 Km. 601 / (X5804) / Río Cuarto / Argentina el.: 54 (0358) 467 6297 / Fax.: 54 (0358) 468 0280

Contacto: revista.laboratoriounrc@gmail.com

Decreto-Ley 6422/57 de Publicaciones Periódicas.

## ÍNDICE GENERAL

NOTA A LECTORES .....	11
EDITORIAL .....	13

### LAS FRONTERAS Y SUS DIMENSIONES

FRONTERAS INTERÉTNICAS EN LAS PAMPAS A INICIOS DEL SIGLO XIX .....	17
---	----

Norberto Mollo

DE LA DEFENSA DE LAS FRONTERAS AL CONFLICTO FACCIONAL: PREPARANDO LA REVOLUCIÓN MITRISTA EN EL SUR DE BUENOS AIRES .....	35
--	----

Lorena Barbuto e Ingrid de Jong

LA FRONTERA DE LOS OTROS EN TERRITORIO ANCESTRAL MAPUCHE. DESAFÍOS Y CRÍTICA A LA INTEGRACIÓN COMO CONTROL GEOPOLÍTICO DESDE EL PENSAMIENTO CRÍTICO LATINOAMERICANO .....	67
--	----

Ingrid Alvarez Osses

EL REGRESO DEL PATRIOTA OLVIDADO: EL PROCESO DE REPATRIACIÓN DEL DOCTOR JUAN MARTÍNEZ DE ROZAS Y SUS IMPLICANCIAS SOCIALES Y POLÍTICAS TRAS LA GUERRA CIVIL CHILENA DE 1891 .....	83
--	----

Carlos Humberto Rozas

O MOVIMENTO IMIGRATÓRIO DE SÍRIOS E LIBANESES PARA CAMPO GRANDE/MATO GROSSO DO SUL .....	115
---	-----

Márcia Regina Cassanho de Oliveira

LA VIRGEN FRONTERIZA: LA AUXILIADORA DE DON BOSCO COMO DISPOSITIVO DE TERRITORIALIDAD DEVOCIONAL (SIGLOS XIX-XX) .....	127
María Andrea Nicoletti	
PERTENENCIAS Y CONFLICTOS EN EL CAMPO SOCIAL: LA VIRGEN DE URKUPIÑA COMO CAPITAL EN DISPUTA EN LA COMUNIDAD BOLIVIANA DE SAN CARLOS DE BARILOCHE .....	149
Ana Inés Barelli	
ESTADO Y MIGRACIÓN INTERNACIONAL EN EL CHILE DE LA POSDICTADURA: UNA RELACIÓN CON CARA DE JANO .....	169
María Fernanda Stang	
PROTEÇÃO JURÍDICO-TRABALHISTA DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA .....	199
Ynes da Silva Félix e Andréa de Souza Ferrão	
MARCAS DAS FRONTEIRAS NACIONAIS EM TEXTOS NOTICIOSOS DA WEB: PARTICIPAÇÃO DA MÍDIA LOCAL NAS PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS FRONTEIRIÇAS .....	211
Karla Muller - Vera Raddatz - Ivan Bomfim - Tiago Martins Costa	
HABITAÇÃO SOCIAL EM REGIÕES FRONTEIRIÇAS: UM ENSAIO .....	235
Bruna Morillo e Tito Machado de Oliveira	
LOS AUTORES .....	247
NORMAS EDITORIALES DE LA REVISTA .....	251
TALÓN DE SUSCRIPCIÓN .....	255

# O MOVIMENTO IMIGRATÓRIO DE SÍRIOS E LIBANESES PARA CAMPO GRANDE/MATO GROSSO DO SUL

*Márcia Regina Cassanho de Oliveira\**

## Resumo

O presente trabalho apresenta pesquisa, na qual discute a vinda e fixação de sírios e libaneses para Campo Grande, principalmente a partir de 1914, com a inauguração da Estrada de Ferro e o processo de negociação de suas identidades. Preliminarmente podemos concluir que a referida colônia, mascateava pelo interior do Estado, vendendo todo tipo de produtos de primeiras necessidades e posteriormente fixando-se em pontos-de-venda em Campo Grande, formando centros comerciais como os da Rua 14 de Julho e da Avenida Calógeras.

**Palavras-chave:** Imigração - libaneses - sírios - ferro - identidades.

## Resumen

En este trabajo se presenta la investigación, en el que se analiza la llegada y establecimiento de sirios y libaneses a Campo Grande, sobre todo a partir de 1914, con la inauguración del ferrocarril y el proceso de negociación de sus identidades. Preliminarmente podemos concluir que esta colonia, comercializada por el propio el Estado, vendía todo tipo de productos de necesidades básicas, y posteriormente, estableciendo puntos de venta

---

\* Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD. **Contacto:** mcassanho@gmail.com

en Campo Grande, formando centros comerciales como el de la calle 14 de julio y el de la Avenida Calógeras.

**Palabras claves:** inmigración - libaneses - sirios - ferrocarril - identidades.

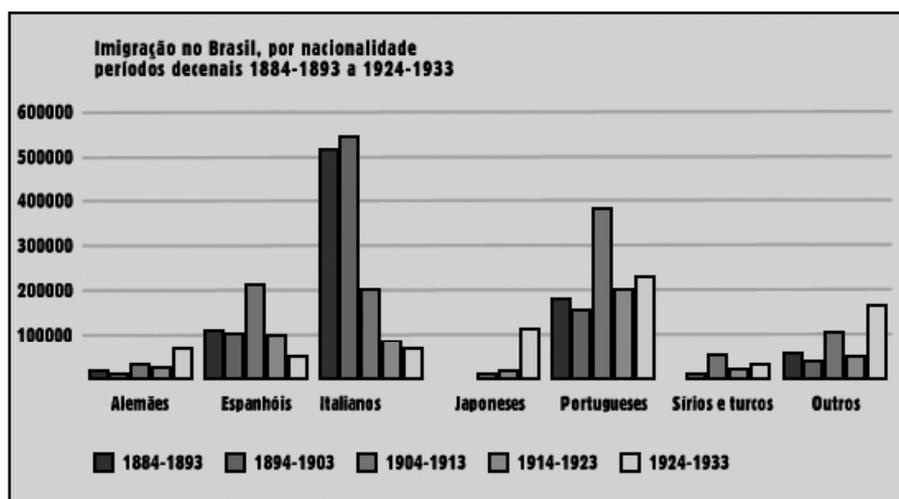
### Abstract

This paper presents research, in which discusses the coming and fixing of Syrian and Lebanese to Campo Grande, mainly from 1914, with the inauguration of the railroad and the process of negotiating their identities. Preliminarily we can conclude that the said colony, mercketed by the State, selling all kinds of products of first needs and later settling in points-of-sale in Campo Grande, forming shopping malls such as the July 14 Street and Avenue Calógeras.

**Keywords:** immigration - Lebanese - Syrians - railroad - identities.

## Introdução

Neste artigo pretendo apresentar como se processou o movimento migratório de sírios e de libaneses para o Brasil, até seu estabelecimento em Campo Grande, antigo estado de Mato Grosso, na primeira metade do século vinte, registrando que, em suas terras natais, eles trabalhavam em suas pequenas propriedades, ou seja, nas aldeias. Não se adaptaram às plantações nas grandes extensões territoriais do Brasil, e nem por isso perderam o vínculo com o rural, nele indo desenvolver atividades comerciais, ou seja, a mascateação.



Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento, p. 227.

A imigração de sírios e libaneses para o Brasil deu-se informalmente, isto é, não foi uma migração organizada pelo governo com objetivo específico. Os indivíduos recém-chegados puderam optar por suprir a lacuna comercial, exercendo atividades de ligação entre as áreas rural e urbana, através do exercício do comércio itinerante Truzzi (2005). Sabe-se, entretanto, que muitos libaneses escolheram trabalhar na lavoura e na pecuária na região mineira, baiana, goiana, paulista e mato-grossense Bastane (1974).

## O processo de imigração de sírios e libaneses para o Brasil

Com a forte pressão exercida pela Inglaterra por volta de 1850 para o fim do tráfico de negros africanos, condenando o escravismo ao esgotamento no Brasil, deliberou-se pela imigração, principalmente da mão-de-obra européia. Com o crescimento do trabalho assalariado, inauguramos efetivamente outro período: a economia e a sociedade assumem a forma capitalista e burguesa. Particularmente no Brasil, a classe assalariada constituiu-se com base na imigração, sem deixar de manter as antigas formas de dominação e controle político. Ou seja, as necessidades de contratação de força de trabalho em países do Novo Mundo provocaram, entre outras coisas, grandes deslocamentos de população no final do século XIX e início do XX. Aproximadamente 50 milhões de europeus emigraram entre 1870 e 1914, sendo que quase 2/3 foram para os Estados Unidos e o restante se fixou no Canadá, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Argentina e Brasil.

Árabes, principalmente sírios e libaneses, participaram desse movimento, levados por questões demográficas e econômicas que desagregaram a economia de subsistência local e, também, devido à dominação de turco-otomanos, particularmente, por causas de ordem político-religiosa que acabaram por optar pela migração. Acrescentam-se às razões já expostas, inúmeros relatos de imigrantes pioneiros bem-sucedidos, o que serviu de estímulos para esses deslocamentos. Numa verdadeira diáspora, a partir de 1870, eles partiram para as Américas, mas também para ilhas do Pacífico, África Ocidental e Austrália.

Estados Unidos, Brasil e Argentina receberam fluxos migratórios consideráveis. Em termos absolutos, os quantitativos eram próximos; em termos relativos, porém, a situação era completamente diferente. No Brasil e na Argentina, por exemplo, com populações mais reduzidas e com um movimento migratório de dimensões menores que nos Estados Unidos da América, sírios e libaneses, mesmo não fazendo parte das etnias mais numerosas, não se dissolveram no conjunto, sendo a sexta maior população de imigrantes.

Com a decretação da Lei Áurea em 1888, e declarada definitivamente extinta a escravidão no Brasil - diga-se de passagem, o último das Américas a abolir-la oficialmente - verificou-se a falta de oferta de mão-de-obra. Desde as últimas décadas do Império, a vinda de europeus (principalmente italianos) para trabalhar na agricultura foi incentivada pelo novo regime e por iniciativa de grandes proprietários, principalmente cafeicultores paulistas. Destaca-se que, se até 1889 a imigração foi promovida com fundos privados, a partir de então passou a ser garantida por recursos públicos.

Truzzi destaca nunca é demais ressaltar que os migrantes de origem sírio-libanesa, ao contrário dos grupos majoritários de italianos, portugueses, espanhóis e japoneses que se deslocaram ao Brasil, não se beneficiaram das passagens subsidiadas pelo Estado. Assim sendo, o indivíduo e sua família foram os responsáveis diretos pelo custeio da longa viagem transoceânica, muitas vezes realizada por etapas, numa estratégia na qual o migrante tem compromissos assumidos com os que ficaram em sua terra natal. Essa circunstância desde logo confere um papel muito ativo ao fluxo de informações, dinheiro e pessoas, que no caso tratou-se de uma imigração subsidiada.

A “grande naturalização” veio junto com a República, que considerou brasileiro todos os estrangeiros residentes no país em 15 de novembro de 1889, exceto quando manifestamente contrário. Em 1890, a Lei Glicério determinou a livre entrada no Brasil, por qualquer dos seus portos, de todos os indivíduos aptos para o trabalho, exceção feita, reza a referida Lei, para os negros. (Vide - Decreto Federal nº 528, de 28 de junho de 1890). A Constituição promulgada em 1891 (Constituição Federal, de 24 de fevereiro de 1891), atendendo ao princípio federativo que a orientava, descentralizou as competências e atribuições referentes à colonização e imigração, passando-as para os governos estaduais. Segundo Knowlton (1961), apesar de até 1892 todos os imigrantes provenientes do Oriente Médio, região que à época estava sob o domínio do Império Otomano, hegemônico pelos turcos, fossem classificados de “turcos”, eles eram, em grande parte, sírios e libaneses. A partir daquele ano, os sírios passaram a ser registrados separadamente. Considerando que até a Primeira Guerra Mundial o Líbano era integrante da Síria, os libaneses eram considerados sírios. A partir de 1926, eles passaram a ser contabilizados separadamente. Knowlton (1961) registra ainda que, no período de 1871 a 1942, entraram no Brasil 106.184 imigrantes da Síria, Líbano, Armênia, Palestina, Egito, Marrocos e Argélia, sendo a grande maioria formada por sírios e libaneses. Ressalta o autor que uma grande parte dos imigrantes vindos do Egito, Marrocos e Argélia tinham ascendência síria ou libanesa. Essas pessoas fixaram-se inicialmente naqueles países, lá se naturalizando e, posteriormente, emigraram com os filhos para o Brasil.

Na década de 1930 registrou-se uma verdadeira transformação na tradicional posição do governo brasileiro com relação ao incentivo à imigração. A posição nacionalista seguida pelo regime introduzido no Brasil pela Revolução de 1930, acrescida dos efeitos da crise de 1929, afetou significativamente as economias dos países periféricos como o Brasil, culminando na adoção de medidas restritivas que, segundo o discurso oficial, tinha por objetivo a defesa dos postos de trabalho urbano para os nacionais, ameaçados pelo desemprego, tudo isto incluído no Decreto Federal nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930. Inclusive, o conceito de imigrantes foi redefinido, ou seja, a partir de 1934, imigrante passou a ser aquele que vinha ao Brasil para exercer um ofício ou profissão por mais de 30 dias; enquanto que o não-imigrante era aquele que permanecia no país por até 30 dias. Essas deliberações foram recepcionadas na Constituição de 1934, através do Decreto Federal nº 24.258, de 16 de maio daquele ano que fixou uma quota anual de 2% do total de imigrantes provenientes de cada nação nos 50 últimos anos, priorizando o ingresso de agricultores. Registra-se que essa legislação foi modificada em 1938, por força do Decreto-Lei nº 406, de 04 de maio daquele mesmo ano, sendo adotados os termos “permanente” e “temporário”.

Com a nova legislação em vigor, os sírios e libaneses foram bastante prejudicados uma vez que apresentavam totais bastante discretos no período definido pelas autoridades e também porque seus contingentes se dirigiam preferencialmente para os centros urbanos. Como eram considerados “não europeus” e, por extensão, “não brancos”, eles não se encaixavam no perfil do “imigrante desejado” pelo poder público, que tinha preferência por pessoas com possíveis aptidões e vocação para o trabalho em propriedades rurais e para a potencialidade de assimilação aos “nacionais”. Em resumo, essa era a “lógica da política e do mercado” na época. Em seu livro “Immigração”, Revorêdo (1934) defende a vinda de imigrantes exclusivamente se for para trabalharem na agricultura, alegando que os demais postos de trabalho devem ser somente para brasileiros natos.

Segundo Sérgio Lamarão (2004:169), “em termos ocupacionais, o padrão inicial foi à mascateação, atividade encarada pelos imigrantes – que, em sua maioria, vinham com a intenção de permanecer temporariamente, acumular algum capital e retornar – como algo não permanente, que não exigia capital acumulado para o seu exercício”. Apesar de fixados nos núcleos urbanos, os sírios e libaneses não restringiram sua atividade profissional nas cidades. Tendo em vista que a população rural constituía um significativo contingente de consumidores em potencial, os mascates para lá levavam uma diversidade de produtos, atendendo não só as necessidades básicas dos moradores, mas também levando a fazendas e povoados as novidades que apareciam no comércio dos grandes centros. Ludmilla Savry Almeida registra que em São Paulo alguns sírios e libaneses chegaram a

trabalhar como colonos em fazendas Almeida (2000:191). O crescimento dos negócios atraía parentes e conterrâneos, aumentando o fluxo migratório.

## O sentimento para com a terra

Para Sayad (1998), o fenômeno migratório só pode ser compreendido como um fato social total. É difícil tratar os fenômenos migratórios como emigração ou imigração, uma vez que esses termos denotam um movimento unidirecional e permanente para dentro ou para fora. Hoerdes (1996:6) define sistemas migratórios como sendo o que liga duas ou mais sociedades, cada qual composta por vários grupos sociais com diferentes interesses, posições econômicas e sistemas políticos. Envolve o movimento de determinados grupos entre a região de origem e a região de destino, prolongam-se ao cabo de um período de tempo, e se diferenciam de deslocamentos multi-direcionais de indivíduos isolados. As correspondências trocadas entre os que ficam e os que partem e os relatos dos que retornam fornecem uma série de informações. Migrantes potenciais comparam alternativas de destino sobre as quais têm informação e formam uma percepção, correta ou falsa, sobre menores restrições e maiores oportunidades a respeito de um determinado destino. As informações sobre trajetórias, sucessos ou fracassos passadas à família ou à aldeia na sociedade de origem estimulam ou inibem novos deslocamentos, tornando o sistema auto-regulado. Assim, informações sobre cada mudança na trajetória de um indivíduo que partiu influenciam o volume das novas partidas e produzem impacto sobre os sistemas como um todo.

O advogado Fábio Trad (1999) descreveu de forma poética a chegada dos libaneses em Campo Grade em livro comemorativo ao centenário da capital sul-mato-grossense. Diz que foi um povo praticamente “obrigado” a sair de seu país devido a guerras sangrentas. Confirma a informação de que o primeiro imigrante libanês chegado ao Brasil foi Youssef Moussa Miziara, em 1880, e que esse pioneiro relatava em suas cartas suas melhores impressões sobre o país, o que serviu de chamariz para as primeiras levas de imigrantes libaneses. Contrariando as informações de Truzzi (2005), afirma que em 1882 chegaram subsidiados pelo governo brasileiro, os primeiros imigrantes de navio aportando no Rio de Janeiro e lá se fixando, bem como em São Paulo e Minas Gerais. Compara-os com os bandeirantes, dizendo que os libaneses desbravaram o interior brasileiro “em busca de pujantes e promissores núcleos de comércio que propiciassem o labor, em especial o mascate”. De igual forma, relata que em Mato Grosso, antes da divisão ocorrida em 1977, desembarcaram no porto de Corumbá os primeiros libaneses, e que lá era o centro comercial de todo o Estado. Registra, ainda, que alguns rumaram para o sul, em “embarcações incômodas pelos rios Salobra, Miranda e Aquidauana”, enquanto

outros fixaram-se em Porto Murtinho, Nioaque e Aquidauana.

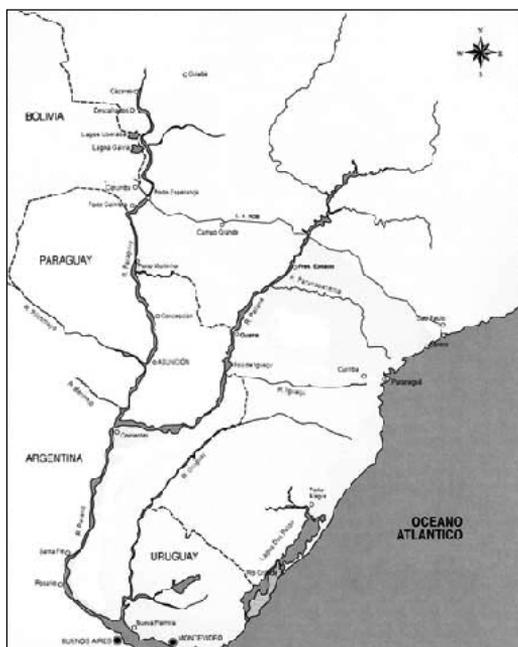
Segundo Trad, Campo Grande era um arraial, um pequeno vilarejo, aonde os imigrantes chegavam em carretas puxadas por duas ou três juntas de bois ou nos lombos de burros e cavalos em viagens que duravam, no mínimo, três dias.

Foi através de trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, das “Marias-Fumaças”, ligando as bacias fluviais do Paraná e do Paraguai aos países vizinhos que o então Mato Grosso passou a receber um contingente considerável de imigrantes libaneses, além de povos de outras nacionalidades Trad (1999:297-300).

Em seu Livro-Reportagem sobre Os imigrantes e a Ferrovia, Danilo Silva (2011) aponta que uma das características da capital do Estado de Mato Grosso do Sul é a sua vocação cosmopolita. Nos informa também que ao longo do século XX, a cidade atraiu grande fluxo de imigrantes de diferentes origens, sejam brasileiros de outros estados ou estrangeiros. A chegada da ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), em 1914, foi fundamental neste processo. Segundo Queiroz e outros estudiosos, a estrada de ferro também foi o principal fator de desenvolvimento da cidade. De acordo com o historiador Paulo Queiroz (2004), até a metade do século XX, Campo Grande concentrou a maior parte do impacto econômico gerado pela ferrovia NOB na região. O resultado dessa concentração pode ser visto no Censo de 1950, quando esta época, a população de Campo Grande era de 31 mil habitantes, enquanto que na capital do antigo Mato Grosso, Cuiabá, a população era de 23 mil pessoas. Em suma, a Noroeste do Brasil e a imigração foram fundamentais para a consolidação da “vocação urbana” de Campo Grande numa região de baixo povoamento onde, até hoje, predominam os latifúndios. Portanto, a origem da hegemonia de Campo Grande está em sua precoce “vocação urbana”.

Em pesquisa feita no Cartório Santos Pereira observei que no ano de 1906 foi registrado o primeiro nascimento de um descendente árabe em Campo Grande; foi em 26 de novembro de 1906, quando nasceu Sabibi, filha de Jacob Abrão Maksoud e Izabel Grize Brasaid, ambos se declararam ser da Turquia. Segundo pesquisa feita por essa autora, o primeiro casamento ocorrido em Campo Grande foi entre dois libaneses em 28 de dezembro de 1912, ou seja, dois anos antes da inauguração da Estrada de Ferro, data que os memorialistas alegam como sendo do início da imigração árabe para a cidade. Diz os registros do referido cartório, que os dois são de Zahle, Syria, Império Turco, casaram-se Joaquim Malluff (34 anos), solteiro, negociante e Afify Scaff (21 anos). (Livro de casamentos nº 9, folhas 71). Casaram-se no Estabelecimento Eldorado de propriedade da Firma Ferreira e Arconi, sito a Rua 15 de novembro, sendo Elias Duailibi testemunho do casamento.

**Mapa I:** Da região Platina e da ferrovia NOB.



**Fonte:** Extraído do artigo “Caminhos e fronteiras” de Paulo Queiroz no livro “Transportes e Formação Regional” (2011).

O livro comemorativo “100 mulheres pioneiras em 100 anos de Campo Grande” registra depoimentos das mulheres árabes revelando que todas elas vieram da cidade de Zahlé, no Líbano. Chafia Fatuchi Abussafi, por exemplo, veio de navio com seu marido, passando pela Argentina, Paraguai, Porto Esperança e Corumbá, em Mato Grosso. Como em outros depoimentos, fala da dificuldade de adaptação, por não entender nem falar o português. “Em 1920, a estrada de ferro que chegava a Aquidauana já cortava um pequeno e recém-criado município: Campo Grande”, lugar em que se fixaram. Consta no referido livro que ela seria a fundadora do Clube Libanês de Campo Grande, fato que não se confirmou após pesquisa in loco dos documentos oficiais do referido clube. Segundo os documentos oficiais o Clube Libanês foi fundado por um grupo de libaneses, todos do sexo masculino, em 20 de maio de 1951. Júlia Maksoud também veio de Zahlé com seu marido em 1921 para Aquidauana e em 1935 para Campo Grande, onde atuou na área educacional.

Em entrevistas realizadas com imigrantes pioneiros, estes nos informaram que a princípio tinham um forte desejo de retornar à sua terra natal, mas, como no

Brasil as condições econômicas, religiosas e sociais eram propícias, acabaram por aqui permanecer. Já seus descendentes e libaneses da segunda e terceira gerações se sentem totalmente inseridos na comunidade local, respeitando as tradições e costumes ainda cultuadas pelas suas famílias, porém afirmam ser brasileiros, amar e respeitar a terra que os acolheu.

## Conclusão

Sabe-se que o movimento migratório respondia às pressões políticas, socioeconômicas, religiosas e demográficas já citadas anteriormente, pelo Império Otomano sobre as populações árabes. Para os sírios e libaneses imigrar não era uma questão singela quanto possa parecer; era difícil conseguir os recursos financeiros necessários para cobrir as despesas de uma viagem ao estrangeiro, principalmente para a América. Segundo a Professora Heliane Prudente Nunes:

*“O agricultor sírio ou libanês não possuía liquidez de capital ou outros bens de que pudesse dispor. Seu único bem disponível era um pedaço de terra, para o qual, se contasse com muita sorte, encontraria um investidor para comprá-lo, ou fornecer-lhe algum dinheiro com base na hipoteca da terra. Esta última solução, embora bastante onerosa, era a preferida, pois o emigrante pioneiro só deixava seu país com a firme esperança de um breve retorno. Por vezes, ainda, um pretense emigrante, que nada possuía, conseguia um adiantamento da soma necessária para a viagem, com base em um simples contrato, escrito ou verbal, com o compromisso do pagamento da dívida e dos juros, após “fazer dinheiro na América”. Em última análise, a honra da família se comprometia com o referido empréstimo e esse comprometimento valia mais do que qualquer papel assinado”* (Nunes 2000:34).

Apesar da idéia inicial do imigrante de retorno à pátria depois de ter juntado uma modesta fortuna no estrangeiro, as coisas não ocorriam bem assim. Encantados com a liberdade encontrada na América, após terem vivido sob a pressão do domínio turco-otomano durante toda uma vida, os imigrantes árabes acabavam chamando para junto de si seus parentes e amigos, ao invés de retornarem à pátria natal, oferecendo-lhes no Brasil condições favoráveis para habitação e trabalho, conceituado este processo por Truzzi (1999) como uma “família ampliada”. Para tanto, pagavam-lhes as passagens, ou iam buscá-los onde se encontravam. Foi assim que quase 95% dos imigrantes sírios e libaneses encontraram, nos Estados Unidos por volta de 1909, segundo Hitti (1924:12), uma forma de se juntarem

a seus parentes e amigos. Os apelos eram tão fortes e foram confirmados através de entrevistas realizadas com os primeiros imigrantes árabes no Estado de Goiás pela Professora Heliane Prudente Nunes. Mais uma vez as cartas foram importantes e decisivas como ressalta a referida Professora:

*“As cartas enviadas pelos primeiros emigrados a seus parentes que permaneceram na pátria-mãe constituíram um chamamento direto à emigração. Essas cartas eram lidas e relidas, apalpadas, analisadas e comentadas por parentes e amigos que vegetavam na pobreza. Especialmente para a leitura dos relatos, eram feitas reuniões em que a imaginação dos ouvintes se inflava de entusiasmo em que, quase sempre, novas partidas eram decididas”*(Nunes 2000:36).

O dinheiro que os emigrados mandavam a seus parentes constituía preciosa ajuda para saldar suas dívidas e financiar outras viagens em direção à América. O dinheiro enviado simbolizava, com efeito, a prova concreta, incontestável da sua riqueza e poder no estrangeiro. A oportunidade de conseguir dinheiro em grandes proporções, comparadas com o modo de vida local, causou um profundo impacto no equilíbrio de determinadas aldeias da Síria e do Líbano, atuando como estímulo para aquela avalanche migratória.

Em particular, no caso dos emigrantes árabes pioneiros, principalmente os sírios e libaneses, a emigração nunca poderá ser entendida como uma empreitada de aventureiros solitários. A vinda para cá era uma decisão de cunho familiar, coordenada pelo seu chefe, como uma maneira de melhorar as condições de vida de todos os membros da família e garantir prestígio e importância social.

É notório o impacto socioeconômico gerado pela ferrovia Noroeste na cidade mais beneficiada por este ambicioso projeto de transporte e comunicação, ou seja a cidade de Campo Grande. Por fim, gostaria de salientar o que considero ser o maior legado da ferrovia Noroeste, fazer chegar a estes rincões os imigrantes que fincaram suas raízes em Campo Grande e que através de seus descendentes - filhos, netos e futuras gerações formaram e enobrecem a Capital do Estado de Mato Grosso do Sul.

## Referências bibliográficas

- ALMEIRA, L. S. 2000 Sírios e libaneses: redes familiares e negócios. In: Célia Maria Borges (org.). Solidariedades e conflitos. Histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de fora. Ed. UFJF. Juiz de Fora.

- BASTANE, T. J. 1974. Breve história da imigração libanesa, síria e de outros povos de origem árabe para o Rio Grande do Sul. In: Semana Árabe (Separata Comemorativa). Porto Alegre.
- DEREVEDO, J. 1934. Imigração. Empreza Graphica. Revista dos Tribunais. Rua Xavier de Toledo, 72. São Paulo. S/P.
- KNOWLTON, C. 1961. Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial. Anhambi. São Paulo.
- LAMARÃO, S. T. 2004. Identidade étnica e representação política: descendentes de sírios e libaneses no Parlamento Brasileiro, 1945-1998. Notas sobre uma pesquisa em andamento. In: Guerras e Imigrações. MS: Ed. UFMS. Campo Grande, pp. 169-188.
- QUEIROZ, P. R. C. 2004. Uma ferrovia entre dois mundos: A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX. I. ed. Bauru. EDUSC.
- QUEIROZ, P. R. C. 2011 "Caminhos e fronteiras": vias de transporte no extremo oeste do Brasil. In: QUEIROZ, P. R. C.; Goularti Filho, A. (Org.). Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil. Editora UFGD. Dourados.
- SILVA, D. P. N. da Silva. 2011. Os Imigrantes e a Ferrovia - Histórias que formaram Campo Grande. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS; Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCHS; Curso de Comunicação Social – Jornalismo (Projetos Experimentais). Campo Grande/MS.
- TRAD, F. 1999. Campo Grande – 100 anos de construção. Matriz Editora. Campo Grande.
- TRUZZI, O. 2005. Sírios e Libaneses. Narrativas de História e Cultura. Companhia Editora Nacional. São Paulo.
- TRUZZI, O. 2008. Rumo a uma compreensão micro-analítica da migração sírio-libanesa ao Brasil. In: Os árabes e suas Américas. Campo Grande-MS. Ed. UFMS, pp. 145-159.

**Recibido:** 14/04/2012

**Aceptado:** 15/05/2012

